

-----ACTA DA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL:-----

-----Aos vinte e um dias do mês de Dezembro do ano de dois mil, realizou-se, na sala de sessões da Câmara Municipal de Odemira, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, presidida pelo senhor Manuel Amaro Freire Marreiros Figueira, secretariado pelos senhores Filipe José Guerreiro Palma (Primeiro Secretário) e Manuel da Luz Guerreiro (Segundo Secretário), e convocada pelo primeiro ao abrigo do número um do artigo quadragésimo nono da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, conjugado com o disposto na alínea b) do número um do artigo décimo quarto do respectivo Regimento, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

- 1. Leitura de expediente;-----
- 2. Apreciação de assunto de interesse para o concelho.-----

-----II– PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

- 1. Cumprimento do disposto na alínea e) do nº1 do artº 53º da Lei nº 169/99 de 18/09: apreciação;-----
- 2. Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Odemira para o ano 2001: apreciação e deliberação;-----
- 3. Proposta de Regulamento sobre “Instalação, Exploração e Funcionamento dos Estabelecimentos de Hospedagem e Alojamento Particular”: apreciação e deliberação;-----
- 4. Proposta de alteração dos estatutos da “Fundação Odemira”: apreciação e deliberação;-----
- 5. Projecto de estatutos da “Empresa Intermunicipal de Capitais Maioritariamente Públicos”: apreciação e deliberação;-----

-----6. Patrono do Hospital Distrital de Santiago do Cacém – Proposta do senhor José Henrique Lopes, membro da Assembleia Municipal de Odemira: apreciação e deliberação;-----

-----7. Abaixo assinado relativo ao estado de caminhos na freguesia da Zambujeira do Mar: apreciação e deliberação.-----

-----III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----ABERTURA DA SESSÃO-----

-----Pelas quinze horas e quinze minutos, o senhor Presidente da Assembleia declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão e, depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Segundo Secretário que procedeu à chamada, tendo-se verificado, após algumas chegadas mais tardias, a presença de trinta e cinco membros, a saber os senhores Alberto Fernando Silva Jaques Pedras, Amâncio Francisco Mendes da Piedade, Aníbal Mendes Simão, António Augusto Fernandes Alves Paulino, António Carlos da Silva Vilhena Roberto, António Eduardo Guerreiro Silva, António Maria de Jesus Guerreiro, Catarina da Luz Martiniano Ramos, Dominic Robin Cross, Dulce Loução de Matos Raposo, Filipe José Guerreiro Palma, Horácio de Oliveira Gonçalves, Joaquim Borges Rosado (em representação do senhor Humberto Inácio da Encarnação, Presidente da Junta de Freguesia de Salvador), João Maria Salvador, Joaquim Maria da Silva Rodrigues, Joaquim Maurício Conceição Rosa, Jorge Martins Parreira, José da Silva Valério, José David Fernandes Geraldo, José Henrique Lopes, José Manuel da Silva, José Manuel Guerreiro, José Manuel Guerreiro Ferreira da Silva, José Manuel Reis Guerreiro, José Maria Joana, Manuel Amaro Freire Marreiros Figueira, Manuel Bartolomeu Afonso da Palma, Manuel da Luz Guerreiro, Manuel José Silva Correia, Maria Emília José Gomes da Silva, Maria Manuela da Silva Soares Guerreiro, Mário Neves Páscoa Conceição, Raúl Manuel Carrilo da Silva Vicente, Rui Boura Xavier e Sérgio Brigido Martins, e ausente apenas o senhor Rogério Manuel Bagarrão Teixeira.-----

-----Do executivo da Câmara Municipal de Odemira, esteve presente o senhor António

Manuel Camilo Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Odemira.-----
-----Reportando-se às faltas verificadas nas sessões anteriores, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que à sessão ordinária realizada no dia vinte e dois de Setembro do ano de dois mil, não haviam justificado as faltas os senhores Filipe José Guerreiro Palma, José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de Relíquias e Rogério Manuel Bagarrão Teixeira. À sessão extraordinária realizada no dia doze de Outubro do ano de dois mil, não haviam justificado as faltas os senhores Alberto Fernando Silva Jaques Pedras, António Maria de Jesus Guerreiro, Humberto Inácio Encarnação, Presidente da Junta de Freguesia de Salvador, José David Fernandes Geraldo, José Manuel Reis Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, José Maria Joana e Rogério Manuel Bagarrão Teixeira. À sessão extraordinária realizada no dia cinco de Dezembro do ano de dois mil, não haviam justificado as faltas os senhores Filipe José Guerreiro Palma, José Manuel da Silva e Rogério Manuel Bagarrão Teixeira.-----
-----Ainda antes de se iniciar a discussão dos assuntos agendados para a presente sessão, procedeu-se à tomada de posse dos restantes membros do Conselho Municipal de Segurança, cuja acta avulsa ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão.-----
-----Face ainda à elevada participação do público, o senhor Presidente da Assembleia propôs uma alteração à Ordem de Trabalhos, nomeadamente que o Período de Intervenção Aberto ao Público, passasse para primeiro período da Ordem de Trabalhos.-----
-----Interveio o senhor Sérgio Martins que propôs que o segundo ponto do Período Antes da Ordem do Dia, fosse debatido logo após o Período de Intervenção Aberto ao Público, dado que seria interessante para as pessoas presentes, presenciarem o debate sobre os assuntos de interesse para o concelho.-----
-----Interveio o senhor António Roberto que considerou que o Período de Intervenção Aberto ao Público deveria ser logo debatido, uma vez que a participação do público era

elevada, a sala não tinha condições e existiam algumas crianças, pelo que sujeitá-las até ao final da sessão para intervirem seria um pouco violento.-----

-----Interveio novamente o senhor Presidente da Assembleia que informou que a Ordem de Trabalhos da presente sessão, ficaria com a seguinte ordem:-----

-----I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----1. Apreciação de assunto de interesse para o concelho.-----

-----2. Leitura de expediente;-----

-----III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

-----1. Cumprimento do disposto na alínea e) do nº1 do artº 53º da Lei nº 169/99 de 18/09: apreciação;-----

-----2. Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Odemira para o ano 2001: apreciação e deliberação;-----

-----3. Proposta de Regulamento sobre “Instalação, Exploração e Funcionamento dos Estabelecimentos de Hospedagem e Alojamento Particular”: apreciação e deliberação;-----

-----4. Proposta de alteração dos estatutos da “Fundação Odemira”: apreciação e deliberação;-----

-----5. Projecto de estatutos da “Empresa Intermunicipal de Capitais Maioritariamente Públicos”: apreciação e deliberação;-----

-----6. Patrono do Hospital Distrital de Santiago do Cacém – Proposta do senhor José Henrique Lopes, membro da Assembleia Municipal de Odemira: apreciação e deliberação;-----

-----7. Abaixo assinado relativo ao estado de caminhos na freguesia da Zambujeira do Mar: apreciação e deliberação.-----

-----Esta proposta foi aprovada por consenso.-----

-----I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----Interveio o senhor Francisco Lampreia, professor, residente na Herdade da Alpendurada, em Vila Nova de Milfontes, que referiu o seguinte: “Ouvi falar nesta reunião e queria saber o que se passava e quais são os critérios para se efectuar demolições. Não sei se as pessoas tiveram conhecimento prévio que isso iria acontecer e como é que se processa. Seria bom dialogar com as pessoas, saber se poderiam fazer alguma coisa, eventualmente explorar outros caminhos de forma a não pôr alguém que precise de casa onde vive na rua.”-----

-----Interveio o senhor Manuel Filipe Henriques, residente nas Portas de Transval, que disse o seguinte: “Tenho uma exploração de uma parcela de terreno na propriedade das Alpenduradas, onde construí uma vedação em rede de demarcação do terreno, para protecção dos meus bens e animais. Esta manhã foi destruída pelas máquinas da Câmara Municipal. Queria saber se não havia outra forma de resolver a situação. Houve a intervenção da Guarda Nacional Republicana, talvez para manter a ordem (...)Não me foi apresentado qualquer documento para fazerem tal”.-----

-----Interveio a senhora Isabel Albino Rosa, que questionou o porquê de demolirem a vedação do seu marido, e bem assim o porquê de terem efectuado as demolições com a máquina da Câmara Municipal. Disse também o seguinte: “Porquê, a Câmara Municipal colaborou com uma construção na Herdade das Alpenduradas, de tijolo e cimento, paga pela Segurança Social e os outros não podem construir. Porque é que dentro da Paisagem Protegida está uma vivenda no valor aproximado de oitenta mil contos (...)Queria ver o mandato assinado pelo juiz com a autorização para demolirem. Tenho aqui a carta da Câmara Municipal de Odemira que recebi ontem, a dizer que me iriam demolir as coisas hoje, às nove horas (...)Também levei muito a peito terem enviado a carta da demolição com um cartão de Boas Festas”.-----

-----Interveio um membro do público que manifestou o seu descontentamento, pelo facto de demolirem as habitações, na altura do Natal.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que informou, que tinha tido conhecimento das demolições, apenas nesta altura, porém sabia da existência das construções clandestinas há vários anos. Informou ainda que, qualquer construção tinha regras que teriam de ser obedecidas e respeitadas.-----

-----Interveio novamente o senhor Manuel Filipe Henriques que referiu, que o seu caso não se tratava de uma construção de habitação, mas apenas de uma simples vedação para protecção dos bens e para evitar que os animais fossem para a estrada. Disse também que tinha um telheiro para guardar as ferramentas, feito em estrutura metálica que não sabia se também seria demolido.-----

----Por último, questionou se a demolição era uma imposição da Câmara Municipal ou da Portucel, dado que o terreno era da última e nunca o tinha contactado para não construir.-----

-----Interveio o senhor Francisco Lampreia que referiu que não sabia se o terreno seria da Portucel, dado que tinha conhecimento que, por motivos jurídicos, a Portucel não tinha conseguido fazer o registo na Conservatória. Relembrou ainda que haviam pessoas que tinham arrendamentos há vários anos.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que referiu, que independentemente da situação em que se encontrava o prédio rústico, o que estava em causa era a construção clandestina e a Câmara Municipal era responsável por qualquer construção no concelho de Odemira.-----

-----Interveio a senhora Isabel Albino Rosa que informou que a Câmara Municipal deveria ter dado um prazo de sessenta dias para a demolição e o prazo que tinha nas cartas era de apenas oito dias.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que disse o seguinte: “Parece que há muita falta de informação. Primeiro queria dizer que é rigorosamente mentira que vamos fazer cerca de quatrocentas demolições (...) Neste momento estão notificados para demolição, pelo Tribunal

e pela Câmara Municipal oito processos, porém estão aqui muitas pessoas (...) Não é verdade que todas as habitações que estão naquela zona em Milfontes, vão ser derrubadas. O que também motivou este processo, foi o aparecimento de uma nova frente de clandestinos na “Caiada”.-----

-----Todas as pessoas sabem que os moradores daquela zona queriam regularizar a situação dos arrendamentos dos terrenos e passaram anos sem se fazer nada (...) Foi criado o Gabinete Técnico Local de Vila Nova de Milfontes, para tratar os cerca de mil e seiscentos hectares de terreno que estão classificados como zona de clandestinos.”.-----

-----Como exemplo, falou sobre a questão da Caiada, onde num terreno foram demarcados lotes sem qualquer projecto de loteamento aprovado. Os serviços de Fiscalização da Câmara Municipal informaram o proprietário da ilegalidade da situação, todos os avisos e embargos efectuados foram ignorados e passados dias já existiam oito casas construídas. Quando o auto de embargo não era respeitado, era considerado crime de desobediência e o processo transitava para o Tribunal.-----

-----Disse também que todos os casos estavam documentados, nomeadamente com os comprovativos de recepção das notificações, por parte dos moradores. Quanto à questão da Portucel, informou que a Câmara Municipal tinha recebido várias cartas dessa empresa, nas quais criticavam a actuação da autarquia, pelo facto de não agir contra a construção clandestina no seu terreno.-----

-----Relativamente à vedação do senhor Manuel Filipe Henrique, disse que também tinha construído um muro em tijolo e um telheiro. As obras tinham sido embargadas, mas não tinha sido respeitado esse embargo. Informou também que era obrigado a cumprir a Lei e para esta, qualquer construção era tratada de igual modo, quer fosse uma habitação ou uma arrecadação ou telheiro.-----

-----Por último, informou que o Gabinete Técnico Local de Vila Nova de Milfontes estava a

fazer o levantamento de todas as situações clandestinas existentes e até onde fosse possível estender o perímetro urbano e o futuro plano de urbanização daquela zona, as casas seriam legalizadas. Só seria demolido o que fosse humanamente impossível evitar.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que informou que qualquer construção tinha de ser autorizada pela Câmara Municipal e quem não cumprisse as ordens das autoridades administrativas, estariam sujeitos a multas e demolições.-----

----Disse ainda que considerava que a Câmara Municipal não iria tratar de igual modo construções com vários anos e construções novas. Por último, considerou que o que estava em causa seria os motivos que tinham levado a que estas construções fossem demolidas, em relação às outras que existiam.-----

-----Interveio o senhor António Roberto, membro da Assembleia Municipal, eleito pelo Partido Social Democrata, que discordou com a falta de sensibilidade por parte da Câmara Municipal em promover as demolições na altura do Natal. Questionou ainda se a autarquia tinha se preocupado em enviar as assistentes sociais ao local das demolições, para verificarem se estava em causa o desalojamento de algumas famílias. Perguntou também sobre a diferença entre as casas a serem demolidas, com a vivenda anteriormente referida.-----

----Revelou ainda que anteriormente, a autorização para reparação e construção de algumas habitações naquela zona, relacionava-se com a questão partidária e por esse facto tinha-se permitido o aumento de construções clandestinas. Considerou também que provavelmente surgiam à média de duas construções clandestinas por dia, desde que foi aprovado na Assembleia Municipal, o Plano Director Municipal.-----

----Por último, informou que discordava com a situação dos clandestinos, porém sabia que muitos deles eram iletrados ou analfabetos e muitas vezes, não entendiam os passos correctos que deveriam dar ou a situação em que se encontravam os processos. Solicitou ainda, ao senhor Presidente da Câmara que informasse, sobre o número de autos levantados, e bem assim que

tivessem em consideração, para além da questão legal, também a questão humana, no tratamento destes processos.-----

-----Interveio o senhor Sérgio Martins, membro da Assembleia Municipal, eleito pela Coligação Democrática Unitária, que apresentou os requerimentos que seguidamente se transcrevem na íntegra:-----

-----**“REQUERIMENTO Nº 1**-----

-----Tendo tomado conhecimento do início de acções de demolições de habitações na freguesia de V. N. Milfontes, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Odemira, vêm solicitar que seja facultado a este Órgão Autárquico, para conhecimento, listagem dos autos levantados aos munícipes residentes naquela Freguesia, com informação sobre a situação em que se encontra cada um deles relativamente ao processo de demolição.”-----

-----**“REQUERIMENTO Nº 2**-----

-----Tendo conhecimento que o GTL – Gabinete Técnico Local instalado na freguesia de V. N. Milfontes e directamente dependente da Câmara Municipal de Odemira, desde Abril 2000, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Odemira, vêm solicitar que o senhor Presidente da Câmara Municipal, informe este órgão autárquico sobre as actividades desenvolvidas por aquele Gabinete Técnico, no âmbito das suas atribuições e competências.”-----

-----**“REQUERIMENTO Nº 3**-----

-----Os eleitos da C.D.U. vêm requerer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informe este Órgão Autárquico das diligências efectuadas e eventual troca de correspondência com entidades competentes, sobre a regularização urbanística dos lugares em Vila Nova de Milfontes: Brunheiras e Foros do Galeado.-----

-----Pelos eleitos da C.D.U.-----

-----Sérgio Martins”-----

-----Disse ainda o seguinte: “Temos consciência que as pessoas não fizeram as construções

ilegais com essa intenção, mas talvez por ignorância ou constrangimento da sua situação social. Têm sido feitas alusões ao que tem sido feito no passado, como compadrios, eu desconheço essas situações. Sei que na gestão camarária anterior, foram regularizadas as situações dos Alagoachos, Bairro do Montinho, Bairro Maria da Graça e Monte Vistoso, em Vila Nova de Milfontes. Manifestamos a nossa disponibilidade para colaborar ou contribuir de uma forma directa, no encontrar de soluções para estes casos”.

-----Por último, apresentou a Proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“**PROPOSTA**-----

-----Tendo conhecimento do início do processo das demolições na freguesia de Vila Nova de Milfontes, hoje pela manhã, vem este órgão deliberativo solicitar o seguinte:-----

-----1. Que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Odemira, como é da sua competência, mande cessar o processo de demolições em curso naquela freguesia, até à próxima sessão ordinária da Assembleia, em Fevereiro 2001.-----

-----2. Seja criada uma Comissão Paritária dos Partidos representados nesta Assembleia Municipal, com o fim de analisar com maior profundidade a situação caso a caso, com eventual visita ao local, para melhor esclarecimento do problema.-----

-----3. Apresentar relatório à Assembleia Municipal para eventual tomada de posição ou deliberação no âmbito da solidariedade institucional dos órgãos autárquicos municipais.-----

-----Odemira 21/12/2000-----

-----Os eleitos pela CDU-----

-----Sérgio Martins”-----

-----Interveio o senhor Joaquim Rodrigues, membro da Assembleia Municipal, eleito pela Coligação Democrática Unitária, que referiu que tinha tido conhecimento do processo de demolições em Vila Nova de Milfontes, no momento e congratulou-se com a presença do público na sessão da Assembleia Municipal.-----

-----Por último, questionou sobre o esforço que a Câmara Municipal tinha vindo a fazer, para regularizar a situação dos clandestinos no concelho de Odemira, e bem assim quantos bairros tinham sido legalizados.-----

-----Interveio o senhor Raul Vicente, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, que considerou que tinha havido uma má informação às pessoas presentes nesta sessão. Considerou ainda que, a Câmara Municipal tinha agido dentro da Lei, na resolução dos processos em causa. Disse também que tinha apoiado a instalação do Gabinete Técnico Local de Vila Nova de Milfontes, porém considerava que estava na altura de prestarem uma melhor informação à população.-----

-----Por último, considerou que os Serviços de Fiscalização da Câmara Municipal deveriam actuar mais naquela zona, de forma a evitar atempadamente este tipo de situações.-----

-----Interveio o senhor Francisco Lampreia que considerou que o Gabinete Técnico Local deveria promover uma sessão de esclarecimento à população.-----

-----Interveio o senhor António Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que considerou que no Natal, não seria a altura propícia para se efectuarem as demolições. Revelou ainda que anteriormente tinha havido algumas demolições nas Pousadas, em Vila Nova de Milfontes, mas não tinha havido este tipo de manipulação da população.-----

-----Interveio o senhor António Silva Pereira, morador da Caiada, que referiu o seguinte: "Eu não sou criminoso. Tenho um terreno na Caiada, fui agricultor e chegou uma altura que não podia ser mais, pois o meu gado foi contaminado e tive de mandar abatê-lo. Não me podia reformar (...) não podia ter gado (...) pensei em vender o que era meu. Comecei a vender pedaços de terreno, fazendo o que os outros fizeram antigamente. Vendi para me desenrascar e agora sou criminoso. (...) Tinha um pedido de um loteamento, mas vi-me forçado a fazê-lo assim. E esse loteamento que lá está clandestino ainda foi feito com os pés no chão, porque encontram-se dois carros na mesma rua com um estacionado e aqui na vila, existem ruas que

não cabe um carro.”-----

-----Interveio a senhora Maria Joana Gomes, residente em Foros do Galeado que informou, que tinha tentado reparar uma casa com mais de sessenta e seis anos, mas a obra tinha sido embargada. Face ao exposto, discordou que não deixassem reparar o que se encontrava danificado.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que a contagem dos prazos, resultava do andamento dos processos. Lamentou não poderem actuar logo no início, de modo a evitarem a evolução dos processos, porém o problema residia no facto das pessoas desrespeitarem os avisos e os embargos e continuarem sempre a construir, até se chegar à demolição.-----

----Lembrou ainda que o problema dos clandestinos não era de agora e por várias vezes, nas sessões da Assembleia Municipal, tinha sido falado nele, bem como no Gabinete Técnico Local de Vila Nova de Milfontes, nomeadamente pelo facto de não ter sido logo implantado no local, quando tinha sido criado.-----

----Revelou ainda que, na altura em que tomou posse, solicitou uma listagem dos processos existentes sobre clandestinos, e com espanto tinha verificado que em cerca de quatrocentos casos de embargo, apenas tinha sido aplicada uma multa, em Santa Clara-a-Velha. Por último, informou que a questão dos Foros do Galeado, não tinha sido cumprida a autorização para o pedido que tinha dado entrada na Câmara Municipal, por esse facto tinha sido embargada a obra.-----

-----Interveio um senhor residente nas Malhadinhas, que informou, que tinha construído um anexo, o qual foi também embargado. Tinha conhecimento que iam lá os fiscais da Câmara Municipal falar com a pessoas que lhe estava a construir o anexo, mas não tinha conhecimento de mais nada. Disse também que por várias vezes tinha tentado falar com o senhor Vereador da Câmara Municipal responsável pelo pelouro, mas nunca tinha conseguido.-----

-----Interveio um membro do público, que informou que tinha recebido o auto de embargo com uma fotografia, quando o telhado da sua habitação já estava completamente colocado. Face ao exposto, discordou que os Serviços de Fiscalização somente embargassem as construções quando tivessem concluídas.-----

-----Interveio o senhor António José, que informou que tinha sido multado em cinco milhões de escudos, por ter feito duas casas no seu terreno, sem projecto. Face ao exposto, questionou sobre o número de processos existentes e as respectivas multas aplicadas.-----

-----Interveio a senhora Isabel Rosa Albino que solicitou ao senhor Presidente da Câmara para se deslocar ao local, porque considerava que as pessoas tinham sido enganadas e a culpa era dos Serviços de Fiscalização da Câmara Municipal.-----

-----Disse ainda o seguinte: “Foi-nos entregue um papel que não concordo que diz que nós temos de pagar o trabalho das máquinas que estavam a demolir. Se isto fosse no Norte não derrubavam, se as pessoas se unissem (...) A culpa é dos fiscais e assumo o que estou a dizer. Porque há fiscais a receberem dinheiro por detrás das obras que estão a fazer. Há aqui muitas testemunhas do que estou a dizer. Também há empreiteiros que recebem o dobro do dinheiro para também pagarem aos fiscais”.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que considerou que, se existissem fiscais corruptos esse facto deveria ser averiguado e provado.-----

-----Interveio o senhor Dominic Cross que ao abrigo no número dois do artigo vigésimo primeiro do Regimento dos Membros da Assembleia Municipal, solicitou que se fizesse um intervalo de dez minutos, para restituição da ordem na sala.-----

-----Face ao exposto, foi interrompida a sessão pelas dezassete horas e trinta minutos.-----

-----Pelas dezassete horas e quarenta minutos, depois de verificado o quorum retomaram-se os trabalhos.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que informou ao público presente que iria

verificar os casos apresentados e tentar que os prejuízos causados para regularizar esta situação, fossem os menores possíveis.-----

----Por último, referiu que a Assembleia Municipal só poderia fazer uma recomendação à Câmara Municipal relativamente aos casos apresentados e lembrou os presentes que a autarquia tinha de fazer cumprir a Lei.-----

-----Interveio o senhor Sérgio Martins que considerou, que não poderiam ficar alheios às acusações que foram feitas aos Serviços de Fiscalização da Câmara Municipal. Face ao exposto, considerou a Câmara Municipal deveria mandar verificar ou proceder a um auto de averiguações sobre a actuação dos citados serviços, não só para protecção dos próprios fiscais, mas também para apurar a verdade.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que informou os presentes que iria solicitar à Câmara Municipal que mandasse averiguar a actuação dos serviços de fiscalização. Esta resolução foi aprovada por consenso.-----

-----Seguidamente, procedeu-se à votação da proposta apresentada pelo senhor Sérgio Martins, membro eleito pela Coligação Democrática Unitária, sobre “Processo de demolições de habitações na freguesia de Vila Nova de Milfontes”. Esta proposta foi aprovada por maioria, correspondendo a onze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, três votos contra dos membros eleitos pelo Partido Socialista e nove abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista, quando estavam presentes vinte e cinco membros da Assembleia.-----

-----Na sequência da aprovação desta proposta, foi constituída uma Comissão de Trabalho, composta pelos seguintes elementos, representantes das forças políticas da Assembleia Municipal: Presidente da Assembleia Municipal; José Maria Joana, representante do Partido Socialista; Sérgio Brigido Martins, representante da Coligação Democrática Unitária; António Carlos da Silva Vilhena Roberto, representante do Partido Social Democrata; Raúl Manuel

Carrilo Silva Vicente, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, membro independente.-----

-----Interveio o senhor Raúl Vicente, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, que informou que a habitação que tinham falado, da Segurança Social, já se encontrava construída quando tomou posse como Presidente da Junta de Freguesia. Disse ainda que no último dia do ano de mil novecentos e noventa e oito, aquando do vendaval, o telhado da citada casa voou, deixando uma senhora e duas crianças à chuva. Quando tomou conhecimento da situação conseguiu através da Assistência Social de Beja, nomeadamente através do projecto “Ser Criança”, a disponibilização de uma verba para repor o telhado da casa.-----

-----Por último, revelou que tudo tinha sido tratado pela Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes e não pela Câmara Municipal de Odemira.-----

-----Não se registando mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado esta ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**Ponto um:** APRECIACÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO: Neste ponto registaram-se as seguintes intervenções:-----

-----O senhor António Roberto, membro eleito pelo Partido Social Democrata, apresentou a proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----**“PROPOSTA**-----

-----**REDE VIÁRIA**-----

-----De acordo com o Decreto-Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, os membros da Assembleia, em representação do Partido Social Democrata (PSD), apresentam à consideração deste órgão o assunto a seguir enunciado:-----

-----Vila Nova de Milfontes apresenta, por natureza e excelência, no momento actual, o pólo turístico de maior expressão no concelho de Odemira.-----

-----O movimento de veículos, no aspecto de entradas e saídas, assume, nesta urbe, um nível muito elevado para o que as suas infra-estruturas comportam. Nos fins de semana em geral e no decurso dos meses de Maio a Outubro, com picos em Junho, Julho e Agosto, a situação, durante todos os dias, torna-se incomportável pelas longas filas que se formam e a baixa velocidade praticada, mais parecendo que nos encontramos em Lisboa ou Porto à hora de ponta.-----

-----Pela razão apresentada, entendem os membros do Partido Social Democrata que é imperativo o alargamento e revestimento a asfalto do caminho entre o parque de campismo e as Malhadinhas, com ligação à estrada municipal, Brunheiras – Ribeira da Azenha.-----

-----Esta obra, proporciona duas entradas e duas saídas à vila, descongestiona o trânsito na avenida Brás Pacheco e encurta a distância em pelo menos 5 Km para as localidades do Norte, como Sines, Lisboa, etc.-----

-----Tome esta Assembleia uma posição perante a realidade.-----

-----Os membros do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal-----

-----Jorge Martins Parreira-----

-----António Carlos Roberto”-----

-----O senhor Sérgio Martins referiu que já tinham apresentado uma proposta sobre este assunto, tendo sido debatida esta questão. Por último, sugeriu que esta proposta fosse incluída no último ponto do Período da Ordem do Dia, conjuntamente com o abaixo assinado.-----

-----O senhor Jorge Parreira, membro eleito pelo Partido Social Democrata, apresentou a Proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“**PROPOSTA**-----

-----INFRA-ESTRUTURAS DESPORTIVAS-----

-----De acordo com o Decreto-Lei nº 169/99 de 18 de Setembro e conforme o artigo nº 53º na alínea o) do ponto um, os membros da Assembleia, em representação do Partido Social Democrata (PSD), apresentam à consideração deste órgão o assunto a seguir enunciado:-----

-----Uma grande parte das sedes de freguesia do nosso concelho já estão dotadas de recintos polivalentes ou campos de jogos 44 x 22. Por uma questão de justiça e porque assim o exigem o bem estar das populações, a satisfação de anseios dos jovens e a procura de valores, para o País, que podem surgir, nas mais diversas modalidades, pensam os representantes do PSD na Assembleia que deve ser uma prioridade da Câmara estabelecer a igualdade de condições da prática desportiva em todo o concelho, pelo menos ao nível de sedes de Junta de Freguesia.-----

-----Propomos, para o efeito, que a Câmara adquira os respectivos espaços, disponibilize as verbas, e adapte os projectos iguais aos já executados em vários tipos de terreno, para que se concretize a construção dos campos em: S. Martinho das Amoreiras, Vale de Santiago, Luzianes-Gare, Bicos, Pereiras-Gare.-----

-----Pela importância do evento, pronuncie-se a Assembleia sobre a sua efectivação.-----

-----Os membros da Assembleia Municipal do Partido Social Democrata-----

-----Jorge Martins Parreira-----

-----António Carlos Roberto”-----

-----Seguidamente transcreve-se na íntegra a carta enviada ao senhor Presidente da Assembleia, sobre “Rede Viária”:------

-----“Exmº Senhor-----

-----Presidente da Assembleia Municipal de-----

-----Odemira-----

-----**REDE VIÁRIA**-----

-----Em conversa oral com o senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourique, senhor

José Raúl dos Santos, abordei a questão das estradas, do ramal do Montenegro e de Fitos de Cima.-----

-----Falámos da necessidade que constituem para as populações, do interesse que representam para os dois concelhos e do problema que obstava à realização das obras.-----

-----Obtive como resposta que há interesse para os dois concelho, que não existe qualquer contencioso e que apenas fica à espera de propostas da Câmara Municipal de Odemira, incluindo até a elaboração de contratos/ programa.-----

-----Em virtude do assunto ter sido ventilado na Assembleia Municipal de Odemira e a mim colocado, oralmente, pelos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia do Vale de Santiago e de Pereiras-Gare, agradeço que lhe dê o devido encaminhamento.-----

-----Com os mais respeitosos cumprimentos.-----

-----O representante do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal-----

-----Jorge Martins Parreira-----

-----Odemira, 21 de Dezembro de 2000”-----

----Por último, informou que perto da ponte de Vila Nova de Milfontes existia uma lixeira, junto a um caminho de terra batida.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que a lixeira encontrava-se dentro do Parque Natural, a quem competia limpar, porém a responsabilidade ficava sempre para as Juntas de Freguesia e para a Câmara Municipal.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia, referindo-se à proposta sobre “Infraestruturas desportivas”, apresentada pelos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, informou que o senhor Presidente da Câmara já tinha anteriormente referido que, era intenção do executivo municipal construir recintos desportivos em todas as sedes de freguesia e que inclusivamente esta pretensão já estava orçamentada. Face ao exposto, considerou que a presente proposta não iria acrescentar nada, àquilo que anteriormente foi debatido.-----

-----Interveio o senhor Jorge Parreira que considerou que se deveria votar a proposta, porque considerava que as freguesias do interior não tinham determinadas regalias como as do litoral, e por esse facto tinham menos qualidade de vida e menos habitantes.-----

-----Interveio o senhor José Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que referiu que se estava a debater novamente assuntos, anteriormente discutidos.-----

-----Interveio o senhor António Roberto que referiu que independentemente dos recintos desportivos estarem orçamentados, deveriam votar a proposta, porque também o polidesportivo dos Alagoachos estava orçamentado desde o ano anterior e ainda não estava construído.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que referiu que o polidesportivo dos Alagoachos estava adjudicado e em visto do Tribunal de Contas.-----

-----Interveio o senhor Rui Xavier que alertou o senhor Presidente da Câmara para a existência de uma lixeira, na estrada de Vila Nova de Milfontes para o Cercal, junto à placa informativa que delimita os municípios de Odemira e Cercal.-----

-----Interveio o senhor António Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que revelou que se tinha sentido lesado, pelo facto da sua freguesia não estar incluída na proposta apresentada pelo senhor Jorge Parreira. Informou ainda que Colos também se situava no interior do concelho de Odemira e a sede não tinha nenhum complexo desportivo, dado que o único existente era da escola.-----

-----Interveio o senhor Joaquim Rodrigues que informou que iria votar favoravelmente a proposta.-----

-----Interveio o senhor José Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare, que referiu que independentemente do senhor Presidente da Câmara, na reunião ter dito que era sua intenção colocar polidesportivos em todas as sedes de freguesia do concelho, iria votar favoravelmente a proposta.-----

-----Interveio o senhor Sérgio Martins que considerou que, dada as carências de

infraestruturas e a falta de recursos financeiros, não deveriam sub-aproveitar as infraestruturas existentes, nomeadamente as de Colos e Sabóia.-----

----Por último, considerou que apesar de ambas as infraestruturas pertencerem às escolas, nada impedia de que fossem utilizadas pela restante população das freguesias, através da celebração de protocolos com as respectivas Juntas de Freguesia.-----

-----Evocando o direito de resposta, interveio o senhor António Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que informou que existia um protocolo entre a Junta de Freguesia e a Comissão Executiva da Escola Básica Integrada dois, três, para que o polidesportivo fosse acessível à restante população, porém não invalidava que o mesmo não se anulasse e depois teria de convocar a população de Colos para vir também reclamar na Assembleia Municipal.----

-----Evocando o direito de resposta, interveio o senhor Sérgio Martins que informou, que um protocolo só se anulava, se umas das partes não o estivesse a cumprir. Por último, discordou de estarem a acusar os eleitos da Coligação Democrática Unitária, de terem manipulado a população que esteve presente na sessão da Assembleia Municipal. Disse também que as pessoas não eram menores e sabiam muito bem, o que as tinha motivado a estarem presentes nesta sessão.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que colocou à votação a proposta apresentada pelos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, sobre “Infra-estruturas desportivas”, a qual foi aprovada por maioria, correspondendo a nove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, um voto a favor do membro independente, oito abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia.-----

-----Interveio o senhor Joaquim Rodrigues que informou que a estrada do Malavado já

tinha sido limpa nas bermas, mas como as ervas cresciam rapidamente, já necessitava de nova manutenção.-----

-----Interveio o senhor Sérgio Martins que informou que fazia um ano que tinha apresentado uma proposta sobre “O estado das estradas nacionais e da construção do IC4”, a qual tinha sido aprovada e parcialmente cumprida, dado que faltava fazer a consciencialização e movimentação da população para a construção do IC4, como constava na alínea b) da citada proposta.-----

-----Ainda sobre este assunto, informou que o senhor Secretário de Estado do Equipamento tinha dito que iria ser desencadeado o estudo de impacto ambiental relativamente ao IC4, pelo que considerava que deveriam começar a ser envolvidas nestas questões as populações e entidades interessadas.-----

-----Por último, chamou a atenção para o grande complexo industrial em Sines que iria ter projecção na área comercial e iria possibilitar a conquista para o concelho de Odemira, de novos investimentos e infraestruturas. Face ao exposto, solicitou que fosse efectuada nova reunião da Comissão de Trabalho da proposta em causa. Questionou ainda ao senhor Presidente da Câmara em que situação se encontrava os projectos das Estradas Nacionais do Cercal a Vila Nova de Milfontes e de Vila Nova de Milfontes às Portas de Transval.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que o projecto estaria concluído ate ao final do corrente mês e posteriormente seria lançado a concurso.-----

-----Interveio o senhor António Roberto que referiu, que em Vila Nova Milfontes continuavam a vandalizar os sinais de trânsito, nomeadamente junto à sua habitação isso já se tinha verificado. Face ao exposto, solicitou ao senhor Presidente da Câmara que não desistissem e continuassem a colocar novos sinais, mas mais resistentes.-----

-----Interveio o senhor Dominic Cross que questionou ao senhor Presidente as Câmara se existia alguma medição da poluição do ar, proveniente de Sines.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que, periodicamente era enviada pela Direcção Regional do Ambiente, uma medição e os resultados, até ao momento, eram razoáveis.-----

-----Interveio o senhor José Geraldo que questionou em que situação se encontrava a criação das freguesias da Boavista dos Pinheiros e da Longueira e Almogrove, e bem assim em que fase do processo estava o Plano de Pormenor de Algoceira e se este seria submetido à apreciação da Assembleia Municipal.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou, que as duas freguesias anteriormente referidas, estavam aprovadas em Sub Comissão e Comissão do Poder Local e Ordenamento, faltando apenas um deputado votar para serem criadas. Quanto ao Plano de Pormenor de Algoceira, disse que brevemente viria à Assembleia Municipal para autorização da posse administrativa do terreno.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**Ponto dois: LEITURA DE EXPEDIENTE:** A exemplo das sessões anteriores, embora todos os presentes se encontrassem munidos de fotocópias dos mapas-resumo da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária, o senhor Presidente da Assembleia colocou, os respectivos originais, à disposição de eventuais interessados, para melhor esclarecimento.-----

-----Não havendo qualquer intervenção, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**Ponto um: CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO:** Não se registou

qualquer pedido de esclarecimento.-----

-----**Ponto Dois:** OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA PARA O ANO DE DOIS MIL E UM: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2001 – ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2001 - CDU-COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA – REQUERIMENTO: Os Senhores Vereadores eleitos pela CDU-Coligação Democrática Unitária, apresentaram o requerimento que seguidamente se transcreve:-----

-----“CDU-----

-----CDU-Coligação Democrática Unitária PCP-PEV-----

-----REQUERIMENTO-----

-----Os eleitos da C.D.U. abaixo-assinando, com vista ao cabal esclarecimento do Plano e Orçamento para o ano 2001, requeremos ao Senhor Presidente da Câmara que nos sejam dados elementos sobre os referidos documentos, por escrito:-----

-----NAS RECEITAS:-----

-----CORRENTES:-----

----- - RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE-----

-----OUTROS - 140.000 contos (c)-----

-----CAPITAL:-----

----- - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL-----

----- - EXTERIOR - 2.356.950 c (a)-----

----- - EMPRÉSTIMOS - 545.000 c (b)-----

----- (a) – Sobre esta verba que projectos engloba, que financiamentos e fontes de financiamento, que percentagens de comparticipação-----

------(b) – a previsão deste empréstimo a que obras se destinam.-----

------(c) – qual a base para apuramento deste receita-----

-----NAS DESPESAS:-----

-----EDUCAÇÃO-----

-----Jardins de Infância - 66.000 contos-----

-----Parques Infantis - 20.000 » -----

-----ENSINO BÁSICO-----

-----Escolas do 1º. Ciclo - 90.000 » -----

-----Arranjo de Escolas - 10.000 » -----

-----ENSINO TÉCNICO PROFISSIONAL-----

-----Transferências de Capital - 20.000 » -----

-----Outros - 5.000 » -----

-----CULTURA-----

-----Transferências de Capital - 10.000 » -----

-----» » (empresas) - 1.000 » -----

-----DESPORTO E TEMPOS LIVRES-----

-----Espaços Desportivos do Concelho - 42.500 » -----

-----Renovação de Parques Infantis - 40.000 » -----

-----ACÇÃO SOCIAL-----

-----Centros Sociais - 45.000 » -----

-----Transferências para instituições - 20.000 » -----

-----» para particulares - 12.000 » -----

-----SAÚDE-----

-----Transferências para instituições - 1.000 CONTOS-----

-----» » particulares - 1.000 » -----

<u>HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO</u>		
-----Construção de habitação social	-	70.000 » -----
-----Reparação e Beneficiação	-	10.000 » -----
-----Transferências para instituições	-	30.000 » -----
<u>ILUMINAÇÃO PÚBLICA</u>		
-----Infra-estruturas de diversas povoações	-	30.000 » -----
<u>ARRANJOS URBANÍSTICOS</u>		
-----Diversas povoações no Concelho	-	20.000 » -----
-----Arruamentos diversas povoações		-----
-----no Concelho	-	70.000 » -----
<u>SANEAMENTO E SALUBRIDADE</u>		
-----Infra-estruturas em diversas		-----
-----povoações no Concelho	-	95.000 » -----
<u>CEMITÉRIOS</u>		
-----Construção e remodelação	-	22.000 » -----
<u>PROTECÇÃO CIVIL</u>		
-----Outros	-	25.000 » -----
<u>ABASTECIMENTO DE ÁGUA</u>		
-----Diversas povoações	-	50.000 CONTOS
-----Infra-estruturas diversas		-----
-----povoações	-	50.000 » -----
<u>ENERGIA</u>		
-----Electrificações diversas no Concelho	-	150.000 » -----
<u>TURISMO</u>		
-----Postos de Turismo	-	25.000 » -----

MERCADOS E FEIRAS

Recinto para certames de actividades

económicas - 30.000 »

Mercados e Feiras - 20.000 »

PROTECCÃO E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Limpeza de ribeiras - 5.000 »

PARQUES E JARDINS

Arranjos de espaços verdes - 13.000 »

Dado que todas estas despesas não definem as obras, as povoações e lugares da realização destas despesas, requeremos que nos sejam fornecidos esses elementos;

Mais requeremos que nos seja fornecido o mapa da previsão das transferências financeiras por cada Junta de Freguesia do nosso Concelho;

Requeremos ainda o plano de actividades na área da Cultura, Desporto e Tempos Livres.

Odemira, 2000.12.06

Os Vereadores da C.D.U.

a) – Cláudio José dos Santos Percheiro

a) - Manuel da Silva Cruz

a) – António Maria Viana da Costa”.

Foi entregue aos Vereadores da CDU, o Plano mais detalhado e prestadas as explicações no decorrer do debate e análise ao Plano e Orçamento.

OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2001:- Procedeu-se à apreciação e análise das Opções do Plano para o ano de 2001, tendo a Câmara Municipal deliberado, por maioria, com 4 votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e 3 abstenções dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, aprovar o referido documento, que vai ficar arquivado no

maço de documentos, respeitante à presente acta e bem assim, propor a sua apreciação e aprovação à Assembleia Municipal, conforme determina a alínea b), do nº.2, do artigo 53º., da Lei nº.169/99, de 18 de Setembro.-----

-----ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2001:- Procedeu-se à apreciação e análise do orçamento para o ano de 2001, elaborado de harmonia com o Decreto-Lei nº.341/83, de 21 de Julho, que apresentava uma receita igual à despesa na importância de 7.502.102 contos (SETE MILHÕES, QUINHENTOS E DOIS MIL, CENTO E DOIS CONTOS), que vai ficar arquivado no maço de documentos, respeitante à presente acta.-----

-----A Câmara Municipal depois de ter apreciado e discutido o referido orçamento deliberou, por maioria, com 4 votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e 3 abstenções dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, aprovar e propor à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal aquele orçamento, conforme determina a alínea b), do nº.2, do artigo 53º., da Lei nº.169/99, de 18 de Setembro e o artigo 23º., do Decreto-Lei nº.341/83, de 21 de Julho.”-----

-----Interveio o senhor Dominic Cross que referiu, que tinha efectuado algumas comparações com os documentos do ano anterior e considerou que a grande questão do presente orçamento, era a máxima angariação dos fundos do terceiro Quadro de Apoio Comunitário. Considerou também que ainda faltava fazer muita coisa no concelho de Odemira e questionou sobre o seguinte: na página quatro do orçamento, questionou sobre o que se tratava a verba constante na rubrica “Passivos Financeiros – Empréstimos a Médio e Longo Prazo”; no orçamento do ano anterior constava o Edifício de Congressos de Odemira, na Rua Serpa Pinto, com verba desdobrada para o ano de dois mil e um, e no presente orçamento já não aparecia; a verba relativamente ao Hospital de Rectaguarda de Odemira também estava diferente, comparando os dois orçamentos; também as piscinas de Odemira tinham uma verba muito mais elevada, pelo que questionou se tinha havido alguma alteração ao projecto; também verificou

diferença na verba relativamente ao Parque de Campismo de Santa Clara-a-Velha; quanto às estradas considerou que se mantinham praticamente as mesmas do ano anterior, sendo a grande novidade a inclusão das estradas nacionais, porém questionou em que situação se encontrava a rede viária a norte da vila de Odemira.-----

----Por último, sugeriu que a Câmara Municipal “incomodasse” o máximo possível os responsáveis pelos fundos comunitários, no sentido de melhorar o concelho de Odemira.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que o empréstimo a médio e longo prazo, era a diferença entre a capacidade de auto financiamento da Câmara Municipal e o valor que necessitava para a sua participação nos fundos comunitários, que são trinta por cento. Disse também que o Edifício dos Congressos vinha na décima terceira página das Opções do Plano. Quanto ao Hospital de Rectaguarda de Odemira, informou que já estava concluído o respectivo projecto e estava prevista uma apresentação do mesmo, a três dimensões em vídeo. Referiu ainda que o projecto das piscinas tinha sido alterado, dado que inicialmente apenas estava previsto um tanque de aprendizagem. Quanto ao Parque de Campismo de Santa Clara-a-Velha, considerou que não era necessário ter muito dinheiro nessa rubrica, dado que a sua concretização não dependia apenas da Câmara Municipal.-----

----Por último, informou que existia um processo relativamente à rede viária a norte de Odemira, porém discordavam que a mesma passasse tão perto das escolas, pelo que foi criada uma alternativa que pressupunha uma nova ponte em Odemira. A inclusão das estradas nacionais no presente orçamento, tinham sido objecto de protocolos.-----

-----Interveio o senhor Sérgio Martins que, referindo-se à quarta página das Opções do Plano, no ponto número dois ponto cinco, “Habitação e Urbanização”, disse que era apenas mencionado a construção de habitações de carácter social, para a população mais jovem e mais carenciada, porém não era referido mais nada sobre o modo como a Câmara Municipal previa investir no próximo ano, nesse campo.-----

-----Considerou ainda, que estes documentos, a nível de receitas dependiam muito da administração central e dos fundos comunitários europeus. Disse também que se tratava de um plano ambicioso, porém logo iriam ver qual seria a sua execução. Por último, solicitou ao senhor Presidente da Câmara, que fossem apresentadas as intenções da Câmara Municipal relativamente às obras que iriam ser financiadas por empréstimos, dado que no empréstimo que a autarquia tinha feito essa questão tinha sido levantada, mas não tinha sido dada qualquer resposta.-----

-----Interveio o senhor Rui Xavier que relativamente à décima quinta página das Opções da Plano, questionou se a verba correspondente aos Arranjos Urbanísticos, em Vila Nova de Milfontes, seria o tão esperado jardim.-----

-----Interveio o senhor António Roberto que, relembrando a Lei dos Estatuto da Oposição, informou que o orçamento tinha sido aprovado na Câmara Municipal de Odemira, no dia seis de Dezembro e os membros eleitos pelo Partido Social Democrata, na Assembleia Municipal, apenas receberam os documentos dois dias antes. Face ao exposto, considerou que seria impossível, em tão curto espaço de tempo, apresentarem qualquer proposta ou sugestão.-----

-----Interveio o senhor Aníbal Simão, Presidente da Junta de Freguesia de Pereiras-Gare, que questionou, se o presente orçamento contemplava os arruamentos em Pereiras-Gare e o saneamento básico. Perguntou ainda se estava previsto electrificar alguma zona na sua freguesia. Por último, questionou o que se tratava a transferência de mil contos para as Freguesias, relativamente ao Turismo.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que a reparação das ruas de Pereiras-Gare estavam contempladas no presente orçamento. Quanto às electrificações informou que estavam previstos cerca de trinta projectos, sendo treze elaborados pela E.D.P. – Electricidade do Sul, S.A., até ao final do corrente ano e os restantes pelo Engenheiro Augusto Oliveira. Informou ainda que os projectos em questão estavam candidatados aos fundos

comunitários, porém haviam problemas a nível da alta tensão, no que diz respeito a apoios.-----

-----Interveio a senhora Dulce Raposo que questionou sobre a Lei de Orçamento do Estado, nomeadamente o que se tratava a alínea c) do número um do décimo primeiro artigo, que constava no ponto número três ponto dois, “Transferências de Capital”, das Opções do Plano. Referindo-se à décima terceira página das Opções do Plano, na rubrica “Ensino Pré-Escolar”, questionou em que locais iriam se efectuar a construção ou remodelação dos Jardins de Infância, e bem assim do que se tratava a transferência de capital para as empresas.-----

----Por último, questionou o porquê de algumas verbas surgirem repetidas no Orçamento.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou, relativamente à alínea da Lei de Orçamento de Estado, que a mesma tinha sido criada para distribuir a verba igualmente por todas as Câmaras Municipais, independentemente da sua área.-----

----Quanto aos Jardins de Infância, disse que iriam promover reparações em alguns e construções de raiz noutras, nomeadamente em Odemira, Colos, Relíquias, Sabóia, São Martinho das Amoreiras, Cavaleiro e São Luís.-----

-----Interveio o senhor António Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que questionou se a zona da Ribeira do Seissal de Cima, estava contemplada nas electrificações constantes no presente orçamento. Disse também que ainda faltavam colocar candeios na Rua junto à escola Básica Integrada de Colos.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que relativamente à questão apresentada pelo senhor Sérgio Martins, sobre habitação social, informou que até à data, a opção da autarquia era a venda de lotes para a auto-construção, porém tinham a intenção de fazerem loteamentos sociais, com o apoio do Instituto Nacional de Habitação, para arrendamento e venda.-----

-----Interveio o senhor Filipe Palma que considerou que todas as autarquias do país, nomeadamente no Alentejo, necessitavam de recorrer aos fundos comunitários para a realização de obras, dado que as receitas próprias não eram suficientes, apesar do aumento do

F.E.F. – Fundo de Equilíbrio Financeiro. Considerou também que a grande dúvida seria a capacidade de execução dos projectos previstos.-----

-----Ainda em relação ao fundos comunitários, disse que o modo de apresentação de candidaturas tinha sido alterado, no entanto considerava que no próximo quadro comunitário haveria dinheiro para o Alentejo. Concordou ainda que a Câmara Municipal deveria utilizar a sua capacidade de endividamento e recorrer a empréstimos com taxas altamente bonificadas, sempre que necessário.-----

-----Referiu também que, o problema maior estava nas questões que ainda eram bastante preocupantes no concelho de Odemira, como o saneamento básico, cujas candidaturas estavam pendentes da aprovação do Ministério do Ambiente, encontrando-se algumas obras em curso. Por último, disse que tinha registado com agrado que as recomendações feitas pela Assembleia Municipal, no orçamento do ano anterior, tinham sido tomadas em consideração. Considerou que se tratava de um orçamento realista, com cerca de cinquenta por cento do seu investimento em necessidades básicas do concelho. Referiu ainda que, talvez só passados dois anos é que poderiam satisfazer as grandes necessidades estratégicas de desenvolvimento, sem serem as básicas.-----

-----Disse também que iria votar favoravelmente os documentos em causa, não por solidariedade política, mas como acto de justiça perante ao que estava projectado.-----

-----Interveio o senhor Raúl Vicente, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, que referiu que concordava com o presente orçamento, porém considerava que se investia pouco no ambiente, nomeadamente em parques e jardins.-----

-----Interveio novamente o senhor Sérgio Martins que relativamente ao abastecimento de água, considerou que poderiam aproveitar a Barragem de Morgavel, no concelho de Sines, para o abastecimento a Vila Nova de Milfontes e melhoramento da qualidade de água fornecida. Considerou que seria um bom investimento inter-municipal e lembrou que o sistema de

abastecimento de água a Vila Nova de Milfontes era feito através de condutas a céu aberto, as quais envolviam uma certa perigosidade relativamente à qualidade da água.-----

----Quanto ao orçamento, referiu que os fundos comunitários não resolviam tudo, seria necessário haver capacidade de execução, não só da própria autarquia, mas também a nível de empresas construtoras.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que, relativamente à Barragem de Morgavel, disse que a origem da água era muito inferior à da Barragem de Santa Clara-a-Velha e isso implicaria a nível de custos de tratamento. Quanto ao abuso excessivo e utilização abusiva das condutas adutoras, que fazem o abastecimento da água, informou que era complicado “olhar” por todos os quilómetros de canais existentes.-----

----Relativamente ao orçamento, considerou que os problemas não ficavam resolvidos porque este ano já existia verbas para o Alentejo, tinha de haver também capacidade de execução.-----

----Por último, disse que não se preocupava com a capacidade de endividamento, mas sim com a capacidade de execução do município, quer sob o ponto de vista de administração directa, quer sob a capacidade de adjudicação de obras a empresas construtoras.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação dos presentes documentos, tendo-se obtido o seguinte resultado:-----

-----A) OPÇÕES DO PLANO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA PARA O ANO DE DOIS MIL E UM: Foi aprovado por maioria, correspondendo a dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto a favor do membro independente, dez abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta e um membros da Assembleia;-----

-----A) ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA PARA O ANO DE DOIS MIL E UM: Foi aprovado por maioria, correspondendo a dezoito votos a favor dos

membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto a favor do membro independente, dez abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta e um membros da Assembleia;-----

-----**Ponto Três:** PROPOSTA DE REGULAMENTO SOBRE “INSTALAÇÃO, EXPLORAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE HOSPEDAGEM E ALOJAMENTO PARTICULAR”: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o

senhor Presidente da Câmara que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“REGULAMENTO DE INSTALAÇÃO, EXPLORAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE HOSPEDAGEM E ALOJAMENTO PARTICULAR - PROPOSTA:- Foi novamente presente o projecto de Regulamento em epígrafe que tinha sido distribuído aos Senhores Vereadores na reunião de 15/11/00 para análise e recolha de eventuais contributos.-----

-----Apreciado o documento a Câmara Municipal, por maioria, com três votos favoráveis do PS e três votos contra da CDU, tendo o Senhor Presidente da Câmara usado o voto de qualidade, foi aprovado pelo que deverá ser presente à Assembleia Municipal para apreciação e eventual aprovação.”-----

-----Interveio o senhor António Roberto que questionou sobre a capacidade fiscalizadora do presente regulamento.-----

-----Interveio o senhor Rui Xavier que referindo-se ao número sete do artigo décimo, considerou que cinco anos para se efectuarem as vistorias, era muito tempo.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que a fiscalização já era assegurada pela comissão que constava no número dois do décimo artigo, do presente regulamento. Quanto às vistorias, o regulamento referia que seriam efectuadas por períodos não

superiores a cinco anos, ou seja seriam vistoriados os estabelecimentos em causa anualmente, com o limite até cinco anos.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi aprovada por maioria, correspondendo a dezasseis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, um voto a favor do membro independente, oito votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia.-----

-----**Ponto quatro:** PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA “FUNDAÇÃO ODEMIRA”: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara que explicou a razão, da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“FUNDAÇÃO ODEMIRA – ESTATUTOS – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO – APROVAÇÃO:- No âmbito do processo de reconhecimento da personalidade jurídica da Fundação Odemira pelo Ministério da Administração Interna foi presente, proveniente da Divisão de Contencioso e Assessoria Jurídica a Informação nº.206, de 21/11/00, propondo a alteração da redacção de alguns dos artigos dos respectivos Estatutos cuja cópia autenticada vai ficar apenas ao maço de documentos respeitantes à presente acta.-----

-----Apreciado o assunto a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de alteração àqueles Estatutos constantes da Informação supra referida bem como o seu envio à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.”-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que informou que aquando da aprovação dos estatutos em causa, tinha votado contra, porque discordava que a extinção da fundação fosse da competência do Conselho de Administração.-----

-----Interveio o senhor Dominic Cross que referiu que tinha sido investido muito dinheiro naquela escola, que agora estava a ganhar autonomia. Referiu também que, com a nova redacção do vigésimo primeiro artigo, a Assembleia Municipal deixava de deliberar sobre a extinção da Fundação.-----

-----Interveio o senhor Rui Xavier que informou, que continuava a discordar que o cargo de conselheiro, fosse vitalício.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi aprovada por maioria, correspondendo a dezassete votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do membro independente, uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista e duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta e um membros da Assembleia.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia que fez a seguinte declaração de voto: “O facto de ter sido superiormente sugerida a alteração dos estatutos, relativamente ao ponto que motivou o meu voto contra, na sessão extraordinária realizada no dia sete de Junho, do ano de mil novecentos e noventa e nove, veio provar a justeza das minhas preocupações face ao texto proposto. Alterei o meu voto para abstenção apesar da rectificação, tendo em conta as recentes questões vindas a público a propósito do interesse e objectivos de Fundações congéneres, que colocam bastantes dúvidas relativamente ao interesse e objectivo da Fundação Odemira”.-----

-----**Ponto cinco:** PROJECTO DE ESTATUTOS DA ”EMPRESA INTERMUNICIPAL DE CAPITAIS MAIORITARIAMENTE PÚBLICOS”: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“AMAGRA – ESTATUTOS DA EMPRESA INTERMUNICIPAL – PROJECTO:- Foi presente um projecto de estatutos de uma Empresa Intermunicipal de capitais maioritariamente

públicos criada por deliberação da Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente (AMAGRA) que vai ficar apenso ao maço de documentos respeitantes à presente acta.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar devendo ser presente à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.”-----

-----Procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi devidamente aprovada por unanimidade, correspondendo a dezasseis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, onze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro independente, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia.-----

-----**Ponto seis: PATRONO DO HOSPITAL DISTRITAL DE SANTIAGO DO CACÉM**

PROPOSTA DO SENHOR JOSÉ HENRIQUE LOPES, MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA: Foi presente a proposta apresentada pelo senhor José Henrique Lopes, membro eleito pelo Partido Socialista, que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“Boletim de Informação à Assembleia-----

-----Municipal de Odemira, após reunião do-----

-----Conselho Geral do Hospital Conde Bracial-----

-----Em Santiago do Cacém-----

-----Assunto: Patrono do Hospital Distrital de Santiago de Cacém-----

-----Venho por meio deste texto informar V. Ex.as da polémica levantada, sobre o nome a dar ao Hospital de Santiago do Cacém.-----

-----Certo estamos nós, que em reunião de Assembleia; após votação que data de 28/12/98, foi votado por aclamação o nome do Sr. Dr. Evaristo Sousa Gago, após terem sido apresentadas duas propostas, prevalecendo a que indicava a figura deste médico, conforme a mesma cita, praticou actos não só de bom médico, como também de boa pessoa.-----

-----Perante acto consumado surge um novo dado, do qual entendo dar conhecimento a este fórum político, que é; a direcção clinica do hospital Conde Bracial, o conselho Geral e seu Presidente, Administração do Hospício supra citado, surge com o nome do ilustre médico que viveu no século XVIII de seu nome Ribeiro Sanches, médico este, que pelo seu historial e, por obra deixada no que refere à saúde Pública, tendo sido um higienista nato, com louvores de toda a ordem nesta matéria ao ponto de em 1731, a Imperatriz ANA IVANOVA, da Rússia escreveu missiva dirigida, a BOZRHAAVE, já famoso e reputado, pedindo-lhe o nome de três clínicos, para servirem o seu Império. Claro está que recaí sobre Ribeiro Sanches uma das preferidas escolhas do velho professor.-----

-----Dado o historial deste ilustre português, que bem longe levou o nome de Portugal, e da Medicina portuguesa, talvez se a Assembleia Municipal de Odemira se entender fazermos baixar a este fórum nova votação, para patrono do Hospital Distrital de Santiago do Cacém, com a possível hipótese, de prestar homenagem nacional ao Dr. Ribeiro Sanches, embora todos devemos ficar a saber que o Sr. não nasceu na nossa região mas espero que a democracia prevaleça e saibamos ultrapassar essa questão caso o entendam.-----

-----Como deveis calcular a proposta não é minha mas é provida de grandes valores, e três séculos estão passados sem que ninguém se tenha lembrado de quem também era generoso, morrendo pobre, e dava todo o dinheiro ao pobres e amigos, foi perseguido pela Inquisição tornando-se partir de 1727, num dos muitos estrangeirados que Portugal perdeu.-----

-----Mais tarde a nova Imperatriz da Rússia Catarina II a quem ele salvara a vida ainda criança, concedeu-lhe uma pensão, e o Marques de Pombal, Sebastião de Carvalho e Melo atribui-lhe um subsidio em recompensa, o qual mais tarde lhe retirou o mesmo, tendo sido a Imperatriz Catarina II da Rússia, a quem ele salvara a vida em criança, que lhe concedeu uma pensão. A mesma Imperatriz, honrou-o com um brasão das armas, com legenda LATINA que se pode traduzir NÃO VEIO AO MUNDO PARA SER ÚTIL A SI, MAS PARA SER ÚTIL A

TODOS, mais tarde D. Maria I Rainha de Portugal, nomeou-o sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa.-----

-----Em Paris, graças a esses rendimentos Ribeiro Sanches dedicou-se a escrita das Obras, onde reflectia as suas observações e investigações.-----

-----Como exemplo a Enciclopédia de Diderot e D' Alambert, redigiu artigos sobre as origens da Sífilis, e das doenças venéreas na Europa, e ainda sobre as doença da alma.-----

-----Deixo ao entender da Assembleia Municipal de Odemira, se acha ou não ter chegado a hora de prestar a homenagem póstuma e Nacional, atribuindo o seu nome ao Hospital Distrital de Santiago de Cacém, dado se tratar, do Vasco da Gama da medicina Nacional e até Internacional, como grande higienista, que o foi e deixou obra demonstrativa e inequívoca.-----

-----Tenho dito.”-----

-----Interveio o senhor António Roberto que considerou que já haviam aprovado um nome anteriormente, pelo que não deveriam aceitar a presente proposta.-----

-----Interveio o senhor Sérgio Martins que manifestou o seu espanto por só agora ter sido dado conhecimento à Assembleia Municipal sobre este assunto. Referiu que anteriormente já tinha sido aprovado um nome, pelo que não entendia o porquê de se estar a alterar a posição anteriormente tomada. Considerou que a presente proposta era extemporânea e fora de contexto.-----

-----Por último, disse que não tinha nada contra o Doutor Ribeiro Sanches, cujo valor era incontestável, porém mantinha o nome do Doutor Evaristo Sousa Gago.-----

-----Interveio o senhor José Lopes, que informou que o presente documento não era uma proposta, mas apenas uma informação à Assembleia Municipal.-----

-----Não havendo mais intervenções, e sem prejuízo do respeito que o Dr. Ribeiro Sanches merece, a Assembleia Municipal, deliberou por consenso manter a deliberação anteriormente tomada, ou seja manter o nome do Doutor Evaristo Sousa Gago.-----

-----**Ponto sete: ABAIXO ASSINADO RELATIVO AO ESTADO DE CAMINHOS NA FREGUESIA DA ZAMBUJEIRA DO MAR**: Foi presente o abaixo assinado de alguns

cidadãos da Zambujeira do Mar sobre o estado dos caminhos na citada freguesia, que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“EXMº-----

-----SENHOR PRESIDENTE DA-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA-----

-----Os cidadãos abaixo assinados, vem por este meio, mostrar o seu desagrado e descontentamento, fazendo algumas propostas e considerações ao estado em que, se encontram as estradas e caminhos entre a Zambujeira do Mar e a Praia do Carvalhal e da Zambujeira do Mar para Vale de Figueira e Alcaria.-----

-----Considerando que, embora situados no Parque Natural da Costa Vicentina servem as populações de forma deficiente e constituem um facto negativo e factor de poluição para o próprio Parque, não pela sua existência, mas sim pela sua conservação.-----

-----São um facto negativo para o ambiente porque são razão de erosão relativamente ao saibro com que são guarnecidas, não cumprem a finalidade do seu objectivo.-----

-----São factor de poluição porque o saibro, neles colocado, de Inverno, escorre com a chuva para os terrenos adjacentes alternando a sua composição e no Verão, pelo volatilização em pó contaminam os campos, as culturas e toda a fauna e flora, envolvente.-----

-----Propomos para minorar o problema o seguinte a pavimentação dos caminhos com material que se enquadre nas condições especiais desta zona.-----

-----Gostaríamos pois que V. Exª providencie a resolução deste problema bastante grave para a população desta zona.-----

-----Informamos também V. Exª que enviamos copias do abaixo assinado para as seguintes entidades: PARQUE NATURAL, CÂMARA MUNICIPAL, JUNTA DE FREGUESIA DA

ZAMBUJEIRA DO MAR.”-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que lembrou que existia também a proposta anteriormente apresentada pelos membros eleitos pelo Partido Social Democrata.-----

-----Interveio o senhor João Salvador, Presidente da Junta de Freguesia da Zambujeira do Mar, que solicitou que o abaixo assinado fosse votado por unanimidade, dado que se tratava de um pedido legítimo da população.-----

-----Interveio o senhor Sérgio Martins que informou que concordava com as duas propostas em discussão. Considerou ainda que, a estrada que ligava as Pousadas Velhas à Estrada Nacional que passava pelas Brunheiras, deveria ser incluída nas propostas.-----

----Por último, considerou que o acesso a Vila Nova de Milfontes não deveria ser único, por questões de segurança e por esse facto, lembrava a importância de um novo acesso a norte da vila, o que contribuía também para disciplinar o trânsito para os Parques de Campismo existentes.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da proposta apresentada pelos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, a qual foi devidamente aprovada por unanimidade, correspondendo a dezassete votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro independente, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia.-----

-----Seguidamente foi colocado à votação o abaixo assinado, tendo sido deliberado, por unanimidade, com a dezassete votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro independente, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia, apoiar o documento em causa.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

-----Nos termos do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, correspondendo a dezassete votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro independente, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**-----

-----Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas vinte e uma horas.-----

-----De tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, nos termos da Lei, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e pelos Secretários.-----

-----O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO,-----

-----O SEGUNDO SECRETÁRIO,-----